BALANÇO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Quais as principais tarefas de nosso sindicato atualmente?

1. Após liderar e ajudar a tocar nacionalmente a maior greve da categoria de todos os tempos, que foi construída a partir de 2014 e explodiu com forças sem precedentes em 2015, enfrentando ao mesmo tempo os três poderes, a mídia e parcela de dirigentes cutistas e petistas atrelados ao governo Dilma/PT, que ao seu final arrancou parte das perdas salariais acumuladas pela categoria nos últimos 08 anos, que vem sendo implementado em duas parcelas anuais, a serem integralizadas até janeiro de 2019, o desafio prioritário que agora se coloca para nossa entidade é apressar a organização e mobilização de nossa categoria, para unir forças com o conjunto da classe e movimentos sociais, para enfrentar e derrotar as contra-reformas previdenciária e trabalhista do governo ilegítimo encabeçado por Temer, que buscam desmontar a estrutura de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores nas últimas décadas.

2. **NOSSO SINDICATO TEM SIDO UM POLO AGLUTINADOR PARA RESOLUÇÃO DAS NOSSAS LUTAS -** Desde a unificação em 08/12/95 dos vários sindicatos existentes na categoria até então, o Sintrajud consolidou-se e vem cumprindo o papel de polo combativo e aglutinador da categoria no estado e no país, contrapondo-se ao modelo de sindicato atrelado e subserviente aos governos e administrações dos tribunais, como alguns agrupamentos políticos que atuam na categoria defendem e buscam implementar, mesmo sem o aval daqueles que dizem representar. Para cumprir este papel, nosso sindicato organizou e vem liderando o grupo LutaFenajufe no país, que aglutina lutadores, direções e sindicatos com perfil classista e combativo que têm feito a diferença no chamado, organização e condução das nossas lutas ao longo desta última década.

3. **ENFRENTAMOS A POLITICA DE CONGELAMENTO E CONSEGUIMOS APROVAR PROJETOS DE REPOSIÇÃO SALARIAL APESAR DA CONJUNTURA DE CRISE E ATAQUES** - A atuação firme e determinada de nossa entidade e categoria no estado foi determinante para enfrentar as politicas de desmonte e privatização do serviço público e ataques aos direitos dos servidores que vêm sendo gestados desde os governos FHC, Lula e Dilma neste período, além de sua atuação ter sido decisiva para a resolução das campanhas salariais que asseguraram o enfrentamento da politica de congelamento salarial implementadas por todos estes governos, tendo arrancado neste interim, a aprovação de três Planos de Cargos e Salários, em 1996, 2002 e 2006, respectivamente, além de conquistar as reposições parciais das perdas em 2012(15,8% em greve conjunta com os federais) e a aprovação do PL 2648 em 2016(40,44%, em implementação até janeiro/2019), que ajudaram a minorar a perda do poder aquisitivo da categoria, mas que precisam continuar avançando, para cobrar e garantir tudo o mais que lhe é devido, para repor o total de perdas acumuladas, estimadas até fevereiro de 2019 em 52,79%, índice necessário para repor o seu poder aquisitivo no mesmo patamar alcançado em junho de 2006, data da aprovação do último PCS.

4. **CONQUISTA DOS QUINTOS E APROVAÇÃO DA EQUIPARAÇÃO DOS CHEFES DE CARTÓRIO** - Além da aprovação destes

grandes projetos de reposição salarial, que alcançou o conjunto da categoria, neste último período nosso sindicato também foi protagonista na luta pela conquista e implementação em 2016 da equiparação dos chefes de cartórios eleitorais, com pagamento da FC 06 para todos, corrigindo injustiça que se praticava há mais de uma década, onde os chefes de cartórios eleitorais da capital percebiam retribuição pela FC 04, enquanto àqueles do interior recebiam a FC 01 ou apenas um valor simbólico de pro labore. Nossa atuação também foi decisiva na conquista dos quintos, tanto na via administrativa(desde 2004), quanto na via judicial, onde milhares de servidores já receberam o montante que lhes era devido via precatório em fins de 2015 e 2016, restando ainda uma pequena parcela de servidores que estão na iminência de receber, naqueles casos que a AGU embargou os cálculos, por entender os valores como controversos, onde o nosso Jurídico atua para garantir um rápido deslinde da execução e levantamento dos valores devidos aos associados.

5. **AUMENTO BRUTAL DA CARGA DE TRABALHO TROUXE CRESCIMENTO DE 389% N0 NUMERO DE PROCESSOS JULGADOS, MAS COBRANÇA POR MAIS RESULTADOS SO AUMENTA** - Ao mesmo tempo que organizamos lutas gigantescas para superar a politica de congelamento salarial imposto ao conjunto do funcionalismo nos últimos anos, a categoria enfrentou um brutal aumento da carga e ritmo de trabalho, que demandam análise e enfrentamento conjunto, pois vem sendo sobrecarregada com as metas e modos de organização e divisão do trabalho, que vêm sendo impostos unilateralmente pelo CNJ e tribunais superiores, com cobrança cada vez maiores por produtividade, sem a estrutura e as condições de trabalho adequadas para tanto.

6. Apesar dos ganhos significativos de produtividade alcançados nos últimos 20 anos, quando o número de processos julgados no país saltaram de 1.059.256 em 1995, para 8.387.662 em 2015, com ganho de produtividade de 389%, enquanto o número de servidores cresceu no mesmo período apenas 61,69%, passando de 49.110 servidores em 1995 para 79.405 servidores ativos, conforme apontam dados do Departamento Econômico do Sintrajud, que demonstram uma aceleração e intensificação do ritmo de trabalho nos tribunais, com cobrança de resultados cada vez maior sobre os servidores, com o uso de todo tipo de instrumento de cobrança e pressão, como assédio moral, por exemplo, com as sequelas e consequências que daí advêm, com a proliferação de adoecimento como LER/DORT e doenças emocionais, como depressão, fobia, neuroses, etc.

7. Assim, além de tocar as tarefas mais urgentes e imediatas de enfrentamento das contra-reformas que tentam desmontar direitos sociais já conquistados, nossa entidade tem o desafio de avançar na elaboração e implementação de politicas que assegurem enfrentamento deste desafio, com busca de melhoria das condições de trabalho da categoria combinada com a luta para manter o poder de compra dos salários, num cenário de crise econômica e congelamento orçamentário colocados pelas políticas de desmonte do serviços públicos implementadas pelo governo Temer, que já conseguiu aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que impôs o congelamento de orçamento pelos próximos 20 anos.

O QUE MAIS PRECISA E DEVE SER MELHORADO PARA QUE NOSSO SINDICATO CUMPRA PLENAMENTE SEU PAPEL

8. Apesar das importantes conquistas alcançadas num cenário de ataques e tentativas de desmonte e precarização dos serviços públicos verificadas nestas últimas duas décadas, nosso sindicato ainda precisa avançar e aperfeiçoar sua atuação e funcionamento, para garantir o encaminhamento da pauta imediata da categoria, com levantamento das demandas específicas de cada ramo da e local de trabalho, nas várias justiças que fazem parte da sua base de representação, ao mesmo tempo que busca melhor se organizar para ajudar na busca datransformação da realidade social à nossa volta.

9. Assim, constatamos que o atual patamar de organização alcançado ainda se mostra insuficiente para responder aos problemas e desafios enfrentados no dia a dia pela categoria nos vários locais de trabalho espalhados pelo estado.

10. Também é preciso avançar na atuação da diretoria e das demais instâncias, para assegurar o aprofundamento do debate sobre os principais problemas e demandas da categoria e como melhor organizar sua atuação e de toda a estrutura administrativa da entidade, para garantir o suporte e encaminhamento de todas os problemas e desafios que a categoria enfrenta na sua relação de trabalho.

11. Para tanto, é preciso assegurar ao conjunto da categoria espalhada pelo estado o acesso à assistência e serviços prestados pela entidade, quena sua maioria têm ficado restritos aos servidores lotados na capital, sendo necessário também assegurar o acompanhamento e presença periódica da direção e corpo de assessores e funcionários nos fóruns e cartórios do interior.

12. Avancemos agora analisando as instâncias do Sindicato:

Do conselho de base

13. Comecemos pelo Conselho de base, que é o órgão deliberativo acima da Diretoria Executiva e abaixo da Assembleia Geral, com estrutura composta pelos Diretores de Base, Representantes dos Aposentados e pela Diretoria Executiva, que ainda não têm conseguido cumprir o papel que lhe foi atribuído quando de sua criação, que é discutir os rumos políticos do Sindicato, elaborando suas estratégias e plano de lutas.

14. Ao longo desta atual gestão, foram realizadas reuniões periódicas do Conselho de Base praticamente a cada dois meses, mas ainda não se conseguiu avançar para formato de reunião que aprofundasse análise sobre os temas fundamentais da categoria e entidade, tendo esta instância permanecido apenas como a antessala das assembleias, que têm sido convocadas para a mesma data e logo em seguida à sua realização. É preciso garantir que as políticas e projetos considerados prioritários pela direção cheguem às reuniões do Conselho de Base com um mínimo de elaboração e antecedência, para assegurar que todos os membros tenham os dados e elementos suficientes para fomentar o debate que vai definir as prioridades para a atuação da

entidade em determinado período.

15. Da inexistência de representação de direção de base em todos os locais de trabalho, das dificuldades enfrentadas com a falta de apoio, formação, tempo e estrutura para cumprir efetivamente seu papel.

16. DIREÇÃO DE BASE - A quase totalidade dos diretores de base dos fóruns que elegeram seus representantes na última eleição convocada ainda não conseguem cumprir plenamente seu papel junto a categoria no seu local de trabalho, com exceção daqueles que trabalham em alguns fóruns, pela falta de tempo, formação, acesso as informações e condições materiais adequadas, situação que cria um hiato e fragiliza a entidade no seu esforço de procurar aprofundar sua organização nos para encaminhar as demandas da categoria em todos os locais de trabalho e fóruns espalhados no estado.

17. Com as dificuldades enfrentadas no funcionamento de suas instâncias, notadamente da direção de base, que tem como missão ser o elo de ligação entre a categoria de seu local de trabalho e a direção do sindicato e vice-versa, nossa entidade se fragiliza, passando a ter pés de barro, o que impõe seja aperfeiçoado e melhorada a estrutura e suporte para que os Diretores de Base possam cumprir plenamente seu papel.

18. Esta melhoria se impõe com urgência principalmente no interior, justamente por estarem mais afastados da estrutura e suporte existente para os diretores de base que atuam na capital e adjacências, o que tem trazido dificuldades que ficam bem visíveis principalmente durante a realização das últimas greves, quando poucas cidades do interior atenderam o chamado de mobilização pela aprovação da revisão salarial prevista no PL 2648 e em seguida, na luta pela derrubada do veto 26.

19. Para resolver esta deficiência, precisamos repensar nossa organização e atuação, buscando garantir um mínimo de garantias para a atuação da Direção de Base (como prevê projeto de Lei em tramitação no Congresso nacional, que trata da organização sindical por local de trabalho, com sua liberação em alguns períodos para que possa participar e encaminhar as atividades sindicais, ao mesmo tempo que definimos uma pauta periódica de visita da direção e assessoria politica à todos os locais de trabalho ao longo do ano, a ser feita pelos diretores liberados e por quem mais possa, para identificar os servidores que estejam dispostos a ajudar na organização do Sindicato em cada um dos locais de trabalho espalhados pelo estado, fomentando sua participação em atividades e cursos de formação como tínhamos até tempos atrás, disponibilizando toda a estrutura e apoio necessário do aparato sindical, para garantir sua atuação plena no encaminhamento das demandas do seu Fórum/setor e das lutas gerais da categoria.

20. Também precisamos retomar as reuniões/encontros aos finais de semana por macrorregiões no estado, onde possamos combinar a realização de alguma atividade de formação, com o debate sobre os principais problemas dos locais de trabalho das cidades abarcadas, disponibilizando-se, também, os serviços do Jurídico - para informar sobre as principais ações disponíveis, e do sociocultural - para divulgar os convênios disponíveis, bem como realizar a celebração de novos convênios na região, ficando encarregado também de organizar, ao final do encontro, alguma pequena atividade cultural, onde os servidores possam confraternizar-se. Se os servidores do interior não vêm ao Sindicato, o sindicato deve ir até eles e estabelecer uma ponte e presença atuante, superando o atual grau de distanciamento.

Funcionamento da diretoria executiva

21. Com a política de restrição de diretores liberados levado a efeito pelo governo FHC a partir de 1996, com oobjetivo de desmontar as entidades de servidores e cercear qualquer possibilidade de reação aos ataques que buscava implementar com a política de desmonte do serviço público e de retirada de direitos, as entidades de servidores foram gravemente atingidas e desde então a maior parte delas, como a nossa, não conseguiram se organizar de modo a conseguir superar esta restrição, com a busca de profissionalização da sua estrutura e das assessorias da entidade em patamar que permitisse continuar contando com a presença da representação do Sindicato nosvários locais de trabalho, garantindo-se encaminhamento dos problemas enfrentadas pela categoria no seu dia a dia.

22. Com a manutenção de tal política pelos governos Lula e Dilma, precisamos continuar denunciando tal ataque, ao mesmo tempo que buscamos revertê-lo, com inclusão nas nossas pautas de reivindicações da demanda de liberação classista em maior proporção, ao mesmo tempo que devemos repensar nossa forma de organização, buscando meios de garantir liberação de mais diretores, bem como, garantir a contratação de assessoria política qualificada e com disponibilidade para viajar, para nos ajudar no levantamento, sistematização e encaminhamento dos principais problemas e dificuldades enfrentados pela categoria nos locais de trabalho espalhados por todo o estado, sob pena de continuar enfrentando as mesmas dificuldades vivenciadas nestes últimos anos, quando uma entidade do porte e responsabilidade da nossa, com base de representação estadual contou inicialmente com no máximo com dois diretores liberados, para tocar todas as tarefas no estado, recentemente aumentados para quatro, por conta da nova legislação, mas ainda assim insuficiente para dar conta da pauta de uma categoria que tem base estadual.

SUBSEDES: AMPLIAR O SUPORTE E ATENDIMENTO AO CONJUNTO DA CATEGORIA NO ESTADO

Dos critérios que devem nortear a política de abertura, instalação e funcionamento das Subsedes do Sindicato

23. O nosso Sindicato tem base estadual e, portanto, deve delinear políticas claras para garantir a efetiva organização e representação da categoria em todos os locais de trabalho, cidades e regiões do estado, sob pena de perder legitimidade perante os servidores, que são chamados a se filiar e dar sustentação política e financeira à entidade, mas contar com acompanhamento e encaminhamento de suas demandas do seu dia a dia, garantindo-se acesso a estrutura deatendimento e serviços que são assegurados aos filiados da capital.

24. Além de organizar calendário de visita periódicas aos locais de trabalho no interior e na Grande São Paulo, a ser feita pela direção e assessoria política do

Sindicato, cuja necessidade já apontamos em item acima, com vistas a garantir o fortalecimento da Direção de Base, devemos também buscar avançar, delineando quais os critérios que devem ser observados para definição de regiões que devem receber novas Subsedes, para avançar na organização e representação da categoria em todo o estado.

25. A experiência de 20 anos de funcionamento e atuação da Subsede de Santos, que foi a primeira Subsede de um sindicato no âmbito do Judiciário Federal no país, foi consolidando e aperfeiçoando a sua atuação ao longo das várias lutas travadas ao longo destes anos – tendo sido um importante laboratório para maturar um modelo de estrutura para organizar e dar suporte às lutas da categoria na região, que pode ser de parâmetro para o modelo de organização de novas subsedes que Precisamos instalar ao longo do estado, para trazer para dentro de nosso sindicato os servidores do interior e dar encaminhamento às suas demandas.

26. Verificamos como fundamental para a instalação de qualquer nova subsede a necessidade de ter uma direção política na região, com ativistas que se comprometam a debater, elaborar e tocar as politicas e atividades e assumir as responsabilidades pela administração, guarda e fiscalização da estrutura e patrimônio, como requisito fundamental para instalação de uma Subsede.

27. Assim, com base na experiência que já acumulamos, queremos contribuir, apontando os seguintes questionamentos que devem ser respondidos para se verificar a necessidade de abertura, funcionamento e atuação de Subsedes:

28. **Subsede** busca atender que demandas e necessidades, com vistas à melhor organização, conscientização e atendimento da categoria daquela determinada região?

29. Quais as demandas permanentes da categoria que a subsede precisa atender (ponto de contato e aglutinação da categoria da região, entrega dos materiais do Sindicato, atendimento dos sócios nas áreas do jurídico, sócio-cultural, etc.), bem como as demandas sazonais, como a organização de debates e palestras, suporte a lutas e greves etc.?

30. A partir das demandas delineadas e da periodicidade em que elas se apresentam, como definir a melhor estrutura para instalar a Subsede? Instalação de uma estrutura permanente com locação de um imóvel e contratação de funcionário ou deslocar a estrutura do Sindicato periodicamente para aquela região, com planejamento de visitas periódicas, daria vazão às demandas existentes?

31. Caso as demandas se apresentem como periódicas e sazonais, não seria o caso de garantir–se uma estrutura também periódica, disponibilizando-se umarubrica comproporção de orçamento anual do Sindicato para organização deatividades que fomentem a aproximação da categoria e criação de elos, como debates, palestras, cursos e festas na região?

32. No caso da existência de demandas permanentes que justifiquem a necessidade de uma estrutura também permanente, para atender uma determinada região, quais critérios devem ser observados para definir qual a cidade dentre todas da região deve ser definida para instalar Subsede?

33. A Subsede deve ser instalada em que região da Cidade escolhida, com vistas a uma melhor utilização para atender as demandas elencadas? Ser próxima do (s) fóruns, ou ser instalada em região que permita seu uso durante o dia, à noite e fins de semana, para realização de reuniões e atividade de confraternização e congraçamento da categoria e seus familiares?

34. Além de sala de escritório para atender associados, a Subsede deve ter espaço para sediar reunião de até quantas pessoas? Salão para palestras, cursos e festas

(com possibilidade de eventuais cessões para sócios?)

35. Quais são as pessoas (ativistas mais participativos), comprometidas com o encaminhamento das demandas da categoria na região e que assumirão a condução política e administrativa da SubSede?

FUNCIONAMENTO DOS DEPARTAMENTOS DO SINDICATO

Imprensa e comunicação

36. **AVANÇOU, MAIS AINDA PRECISA MELHORAR** - Que projeto está sendo implementado no departamento? Jornal, internet e boletim têm sido os principais veículos. Conteúdo e forma de nossos materiais devem ser melhorados, pois ainda não refletem o dia a dia enfrentado pela categoria nos seus locais de trabalho. Categoria ainda não se vê por inteiro nos veículos e mídias utilizadas, nem se reconhece no jornal, quetem perfil mais panfletário e de agitação, do que informativo e formativo, como seria mais adequado no nosso entender. Com os esforços da direção e profissionais envolvidos, superou dificuldade que relatamos no Congresso anterior, de chegar atrasado nos locais de trabalho, após a realização das atividades que se propunha convocar. Aproveitar todas as possibilidades e alcances que nos permite a página da internet e redes sociais, onde o site precisa ampliar e melhor utilizar a área restrita aos associados, acessível via senha, onde conste informações restritas dos associados e serviços, como andamento de ações individuais, cálculos de valores a receber nos processos, atas das reuniões da diretoria, prestação de contas mais detalhada, etc.

37. **ENTREGA DOS JORNAIS PELA DIREÇÃO EXECUTIVA E DE BASE** - Direção executiva, de base, ativistas e funcionários do quadro do sindicato precisam assumir compromisso de distribuição pessoal do jornal e demais materiais do sindicato, aproveitando para levantar os problemas e demandas da categoria nos locais de trabalho.

Jurídico

38. Jurídico do Sindicato avançou na sua estrutura e organização interna na atual direção, passando a contar com equipe de 05 advogados e vários estagiários, além de assessoria especializada para acompanhamento dos processos administrativos e judiciais da categoria em Brasília. A publicação de encarte no jornal com as principais ações de interesse da categoria, além de sinopse semanal que vinha sendo disponibilizada no site, com as principais medidas encaminhadas em defesa da classe precisam ser retomadas, pois são importantes veículos de informação das demandas de maior interesse da categoria, além de prestação e contas da atuação da direção e entidade sobre a atuação do departamento que ainda continua a ser o mais demandado do sindicato.

39. Retomados este espaço de prestação de contas da atuação do departamento, precisamos avançar na disponibilização de sumário com todas as ações de interesse da categoria na página da internet, para fácil acesso e conhecimento, elencando inclusive todos os documentos necessários para a propositura, seja na via administrativa e/ou judicial. Também deve ser assegurado a todos os associados o acesso sobre andamento de suas ações, a partir de senha, em área reservada do site, como testou-se a partir da ação vitoriosa dos quintos, que milhares de servidores receberam em fins de 2015 e 2016 e outros aguardam o deslinde dos embargos à execução para também receber o que lhe é devido.

40. O departamento deve continuar prestando contas periódicas de sua atuação à categoria, publicando no jornal e página na internet, relatório de atividades, onde conste a quantidade de atendimentos pessoais e via fone, principais temas judiciais e administrativos pautados pelos servidores, quantidade de processos judiciais e administrativos que atuou no período, bem como outras informações que entender relevantes, buscando sempre se antecipar na disponibilização das informações, evitando-se sobrecarga de ligações necessárias que a falta de informações acarreta. Deve organizar seminários e debates em torno de temas jurídicos de relevância para a categoria. Avançar no atendimento, com calendário de plantões nasSubsedes, dando ampla publicidade. Devemos estudar viabilidade de fazer convênios na área e estender atuação jurídica também para atender casos e demandas para além das questões funcionais.

POLÍTICA SINDICAL

O 8º CONGRESSO delibera:

1. Fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora, para defender direitosderrotar as contra-reformas e projetos que atacam direitos já conquistados:

a) A Emenda Constitucional 95/2016 que congela os investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos;

b) A Lei Complementar 156/2016 e seus efeitos sobre estados e municípios que representam um desmonte do serviço público já em curso;

c) A contrarreforma da previdência (PEC 287/2016);

d) E o PL 6787.2016 da contra-reforma trabalhista.

2.Denunciar amplamente a atuação do STF, intensificada nos últimos anos, com medidas que, além de atacar diretamente a categoria, como se deu na luta por reposição salarial, no julgamento dso quintos e dos 13,23%, atacam o conjunto dos trabalhadores e com a utilização do discurso de “flexibilização”, retiram direitos trabalhistas e destroem conquistas de trabalhadores e trabalhadoras, subvertendo seu papel de salvaguarda da Constituição.

3.Denunciar à OIT e a outros órgãos internacionais, em articulação com outras entidades do serviço público, o ataque aoa direito de greve , com corte de ponto, conforme verificamos na própria pele ao longo da nossa maior greve em 2015 e outras, assim como outras condutas do Estado brasileiro que buscam inviabilizar o exercício do direito de greve no serviço público.

4.Lutar pelo garantia do direito de greve, intensificando as ações de denúncias das medidas ditatoriais dos Poderes Executivo, que além de não negociar a pauta de reivindicações dos servidores, vem implementando, com o aval do Judiciário, o corte de ponto de servidores em greve, dando ênfase no embate contra o Projeto de Lei do Senado(PLS) 710/2011, de autoria do senador Aloysio Nunes, que visa restringir e limitar o exercicio do direito de greve dos servidores, que Temer afirmou recentemente como prioridade de aprovação por seu governo ilegitimo.

5.Lutar contra a reforma trabalhista expressa na PL 6787/2016, que tramita em caráter de urgência no Congresso Nacional e intensificar as ações contra as demais iniciativas legislativas referentes à precarização do trabalho e à terceirização, tais como o PLC 30/2015 (antigo PL 4330/2004), que foi aprovado pela Camara na noite de 23/03/16, com flagrante retrocesso e ataques que representa. Também é preciso enfrentar seus congêneres (PLS 87/2010, PLS 300/2015 e PLS 339/2016), o PL 4302/98, que regula o trabalho temporário:

5.1 apoiar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e sua participação nos espaços de luta, inclusive a partir da nova realidade trazida pela aprovação do PLC 30/2015 na Camara dos Deputados, que vaid ireto para sanção;

6.Intensificar a luta pela construção de um amplo polo classista e de resistência, com centrais sindicais, sindicatos, movimentos populares e estudantis, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com base na unidade na luta;

6.1. Apoiar a atuaçao da Subsede Santos na organizacao e fortalecimento da Frente Sindical Classista na Baixada Santista, junto com sindicatos comabtivos da regiao, que representam Judiciario Estadual, Servidores Municipais de Santos, Petroleiros, Metalurgicos e outros.

6.2 estimular espaços e momentos de formação política em articulação com outras entidades, aprofundando o debate classista;

7. Continuar atuando na construção de uma greve geral contra a retirada de direitos da classe trabalhadora, intensificando junto à CSP-Conlutas, Espaço de Unidade de Ação, Fóruns em defesa dos Serviços Públicos e Movimento Estudantil, a articulação das lutas com as demais centrais e organizações sindicais e populares;

7.1 fortalecer as organizações unitárias com as organizações constituídas historicamente pela classe trabalhadora brasileira (centrais, confederações, federações e sindicatos) e no âmbito dos movimentos populares da cidade e do campo tendo como eixo a luta contra a retirada de direitos e capaz de pautar conjuntamente uma agenda de lutas e de mobilizações nacionais nos fóruns mais amplos de construção da luta, em particular para a construção da greve geral;

7.2 indicar o dia da votaçao do relatorio da Reforma Previdenciaria como dia nacional de greves, paralisações e mobilizações na perspetiva da construção da greve geral;

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 8º CONGRESSO delibera

1. Acompanhar o trâmite da ação jurídica do ANDES-SN e das demais entidades dos servidores públicos federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao FUNPRESP (Lei nº 13.183/2015) e dar ampladivulgação, denunciando a ação autoritária do governo;

2. Avançar na instalação, organização e funcionamento do Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal nos estados e municípios, tendo em vista a centralidade da luta contra a proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo Governo Temer.

3.Lutar pela revogação da Lei Complementar 156/16 (antigo PLS 54/2016, que tramitou na Câmara como PLP 257/2016), denunciando a renegociação da dívida dos estados e as contrapartidas obrigadas pelo governo federal, que implicam nos regimes estaduais de previdência, e da Emenda Constitucional 95/16 (teto dos gastos) que promove um ajuste fiscal que congela investimentospúblicos por 20 anos.

4. Manter a campanha de não adesão à FUNPRESP para todos os (as) servidores (as). Propor extensão d a campanha contra os fundos de pensão para servidores nos estados e municípios.

5. Produzir materiais audiovisuais alertando para as implicações e perda de direitos dos servidores, trazidos pela contrarreforma da previdência em tramitação (PEC 287/2016), denunciando o falso discurso sobre a crise utilizado como justificativa para a referida medida.

6. Ampliar a exposição pública das deputadas (os) e senadoras (es) que votaram/votarem em projetos que retiram direitos das/dos trabalhadoras (es), como a EC 95/2017, (antiga PEC 241/2016)e contrarreformas Previdenciária (PEC 287/2016) e Trabalhista (PL 67871/2016), caracterizando-as (os) como inimigas (os) da classe trabalhadora.

7. Convocar os servidores ativos eaposentados (as) para ajudar a tocar agenda de visitas aos parlamentares na sua cidade de origem, de preferência em conjunto com membros das demais entidades que compõem os Fóruns Unificados, cobrando apoio e voto deles contra a PEC 287/2016, que desmonta a Previdência Pública e tenta roubar direitos de aposentadoria.

PAUTA ESPECÍFICA

1. Retomar a luta pela reestruturação da carreira, com valorização do cargo efetivo, assegurando perspectiva de evolução na carreira.

2. Denunciar o corte na rubrica 'custeio' dos orçamentos dos tribunais e órgão do PJU para o ano de 2017, destacando que este é o ano base que será usado como referência para o congelamento do orçamento durante os próximos 20 anos (efeito da EC 95/2016), o que já trouxe sérias consequências nos locais de trabalho, com restrição de contratação de novos servidores, corte de estagiários e terceirizados, etc.

3. Cargos/vagas: cobrar dos tribunais a ampliação do quadro efetivo de servidores e a abertura de novos concursos públicos que estão suspensos, em número correspondente às necessidades, inclusive para preencher vagas deixadas pelos servidores que estão aposentando-se em face das restrições trazidas pela PEC da contra-reforma da Previdência.

Assinam:

Adilson Rodrigues Santos – Fundador Sintrajud, JF Santos

Ivo Oliveira Farias – Fundador do Sintrajud – Aposentado (TRT Ribeirão Pires)

Lynira Sardinha – Coordenado Sintrajud – OJAF TRT Cubatão

Ênio Mathias – Coordenador Sintrajud – TRT Praia Grande

Salomão Ferreira – Coordenador Sintrajud – TRT São Vicente

Antonio Carlos Lauriano – Diretor de Base de Santos JF Santos

Lucas Dantas – Diretor do SINTRAJUD

Erlon Sampaio de Almeida – Diretor do SINTRAJUD e Fenajufe

Tarcisio Ferreira – TRT Barra Funda

E outros